

RECURSO ESPECIAL Nº 1.328.091 - RN (2012/0119904-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
RECORRIDO : **LEONARDO NUNES RÊGO**
ADVOGADO : **RENATO DE LIMA E SOUZA - RN003983**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal local, assim ementado:

"AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. PREFEITO MUNICIPAL. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ATRASO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI 8.038/90. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CARACTERIZAÇÃO. PRECEDENTES. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO." (e-STJ, fl. 240)

Opostos aclaratórios, foram desprovidos, em acórdão com a seguinte ementa:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. INEXISTINDO OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO REFERENTE A PONTO SOBRE O QUAL O TRIBUNAL ESTAVA OBRIGADO A SE PRONUNCIAR, NÃO HÁ QUE SE ACOLHER EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, CUJA PRETENSÃO REVELA-SE DE MERA TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA CAUSA." (e-STJ, fl. 278)

No especial, alega violação aos arts. 619 do CPP, 6º da Lei 8.038/90 e 10 da Lei 7.347/85, argumentando, em suma, erro de fato acerca de quais seriam os ofícios requisitórios considerados para concluir pela falta de dolo.

Sustenta, ainda, que o momento de aferição do elemento subjetivo do tipo, em ação penal originária, não é o recebimento da denúncia, só podendo ocorrer ao término da instrução processual.

Contrarrazões às fls. 315-328 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 349-354).

É o relatório.

Decido.

O recurso está prejudicado, diante da ocorrência da prescrição.

Em relação ao marco inicial, extrai-se da denúncia que o último ofício encaminhado à autoridade remonta a 8/2009, e que: "(...) até o dia 04 de novembro de 2010,

Superior Tribunal de Justiça

não houve nenhuma manifestação por parte do prefeito daquela edilidade acerca das informações requisitadas" (e-STJ, fl. 3).

Desse modo, inexistente interrupção do prazo prescricional, tem-se que ultrapassado o período de 8 anos entre 4/11/2010 e a presente data, de modo que deve ser reconhecida a extinção de punibilidade, pela prescrição, em relação aos fatos constantes na denúncia, e tipificados no art. 10 da Lei 7.347/85, a teor do que prevê o art. 109, IV, e 119, ambos do CP e Súmula 497/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, julgo **prejudicado** o recurso especial, declarando a **extinção de punibilidade** do recorrido, **LEONARDO NUNES RÊGO**, pela prática do crime previsto no art. 10 da Lei 7.347/85, objeto da ação penal autuada originariamente no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, autuada sob o n. 2011.002119-4.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator